

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-URUGUAI EM PRESIDENTE PRUDENTE

Cristina Maria PERISSINOTTO BARON*

Renato Luiz SOBRAL ANELLI**

Resumo: Este trabalho apresenta discussões sobre planejamento regional, no âmbito da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai – CIBPU e a elaboração do Projeto do Distrito Industrial para a o município de Presidente Prudente. Este Projeto foi o resultado de uma proposta de desenvolvimento regional, com base no binômio urbanização e industrialização como requisitos para o desenvolvimento econômico das cidades brasileiras nas décadas de 60 e 70. O trabalho intitulado “Projeto de um Distrito Industrial – Presidente Prudente”, desenvolvido entre os anos de 1966-1968 pelo Centro de Pesquisas e Estudo Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (CEPEU-FAU), em conjunto com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), possui um papel importante na historiografia urbana brasileira, tanto pela escala e abrangência dentro do planejamento regional, como pelas teorias urbanísticas e metodologia propostas para o desenvolvimento urbano.

Palavras Chaves: Planejamento Regional, urbanização, industrialização

* Endereço eletrônico: crisbaron@fct.unesp.br - Professora Doutora do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente.

** Endereço eletrônico: reanelli@sc.usp.br - Professor Livre Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo.

THE ACTING OF THE INTERSTATE COMMISSION OF WATERSHED PARANÁ-URUGUAI IN PRESIDENTE PRUDENTE

Abstract: This paper presents discussions about regional planning, in the area of the The Interstate Commission of the Paraná-Uruguay Basin (CIBPU) and the elaboration of an Industrial District Project for the city of Presidente Prudente. This project was a result of a proposition for regional development, based on urbanization and industrialization as preconditions for economic development of Brazil's cities in the 60's and 70's. The paper entitled "Design of an Industrial District - Presidente Prudente," developed between the years 1966-1968 by the Centre for Research and Urban Studies, Faculty of Architecture and Urbanism, University of São Paulo (FAU-CEPEU), together with the Interstate Commission of the Paraná-Uruguay Basin (CIBPU) has an important role in urban Brazilian historiography, both the scale and scope within the regional planning and urban theories and methods proposed for urban development.

Keywords: Regional Planning, urbanization, industrialization

1. O papel da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí

A importância de estudarmos os ideários urbanísticos existentes nas propostas dos Planos Urbanísticos para compreendermos as relações destes com o que de fato é realizado nas cidades foi levantada por Leme (1999). Estes estudos históricos são necessários e relevantes para pensarmos os modelos de urbanização que tem surgido atualmente, buscando identificar os interesses políticos, processos de implementação e agentes responsáveis pela ocupação e (re) produção do espaço urbano.

No campo do urbanismo, no Brasil, segundo Feldman (2009), a década de 50 pode ser considerada o momento em que o planejamento regional passa a ter uma importância significativa como instrumento que possibilitaria o controle público sobre a reprodução do espaço urbano.

O deslocamento da visão de planejamento municipal, que prevaleceu nas décadas anteriores, para uma

dimensão regional introduz um conjunto de novas questões: a superação do limite político administrativo para a demarcação de áreas de planejamento; a necessidade de considerar determinantes geográficos, econômicos, as potencialidades de recursos regionais, assim como os avanços da técnica no processo de planejamento. Referenciados sempre na produtividade da indústria para organização do território e na possibilidade de utilização dos recursos da técnica, tanto a eletricidade como os meios de comunicação e de transporte, os estudos têm como eixo direcionador o questionamento da organização da metrópole concentrada. Não se trata, necessariamente, da negação da metrópole, mas de inferir no processo que se caracteriza pela concentração demográfica e concentração industrial (FELDMAN, 2009).

Gardin (2009) apresenta como únicas experiências de planejamento regional no Brasil, considerando o desenvolvimento de bacias hidrográficas, as Comissões Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai – CIBPU e a do Vale do São Francisco – CVSF, ambas com base territorial do planejamento norte-americano do rio *Tennessee (TVA)*. A CIBPU foi um organismo de planejamento regional, idealizado em setembro de 1951 na Conferência de Governadores dos estados componentes da bacia do rio Paraná – Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, incorporado posteriormente o estado do Rio Grande do Sul, formando a Bacia Paraná-Uruguai.

A autora descreve que a CIBPU surgiu para fazer frente à Constituição de 1946 que pregava o desenvolvimento de determinadas regiões que eram consideradas problemas para o Brasil. Eram elas, Nordeste, Amazônia e vale do rio São Francisco.

Reunidos no período de 6 a 8 de setembro de 1951, os governadores dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina celebraram entre si um convênio para investigação, análise, planejamento e orientação dos assuntos da bacia do Paraná, para vigorar pelo prazo de 25 anos, a contar da data de 8 de setembro de 1951 (São Paulo. Lei n.2018, de 23 dez. 1952. CIBPU, 1968:208-211). O planejamento proposto seria executado no longo período

de 1951 a 1976, [...], a Comissão vigorou apenas até 1972, perfazendo 21 anos de existência; ou 20 anos, se quisermos considerar a sua origem na lei paulista de criação, de 1952 (GARDIN, 2009, p. 25).

Dentro dessa perspectiva de realizar estudos e projetos visando ao desenvolvimento regional, Gardin (2009) apresenta os demais organismos que surgiram na década de 50, os quais se fundamentavam nas idéias teóricas da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, que pressupunha que desenvolvimento estava diretamente ligado à industrialização. No Brasil, a década de 50 é o período que ocorrem os investimentos nas obras de infra-estruturas, transportes e energia, imprescindíveis para a instalação de parques industriais. Temos, portanto, além da CIBPU, os seguintes organismos de planejamento regional: Comissão Vale do São Francisco – CVSF (1948), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953), Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País – SPVESUD (1956) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959). Na figura 01 é possível verificar as áreas de atuação dos respectivos órgãos. Observa-se que “as áreas de atuação da CVSF, da SPVEA e da SUDENE não seguiram nem a divisão oficial do país e nem a divisão administrativa dos estados abrangidos pelos referidos órgãos, ficando várias porções de seus territórios justapostas, ora sob a jurisdição de um órgão, ora de outro” (GARDIN, 2009, p. 38).

Corrêa (1954 apud Gardin, 2009) apresenta a estrutura administrativa do CIBPU, formada pelo Conselho Deliberativo, constituído pelos governadores ou seus representantes, possuindo um presidente escolhido entre os governadores dos estados membros na conferência regular anual. As funções desse Conselho incluíam investigar, analisar e orientar os assuntos pertinentes ao Convênio. Em termos administrativos, havia um órgão executivo que possuía o papel de planejar as ações e o Conselho Deliberativo é que aprovava. Na parte técnica, criaram-se duas divisões, com sede em São Paulo, cada uma com um diretor, a Divisão de Estudos e Planejamento e a Divisão Administrativa. Em 1961, a Divisão de Estudos e Planejamento foi alterada, criando-se o Departamento de Estudos e Projetos e o Departamento de Planejamento Econômico e Social, cada um com seu diretor.

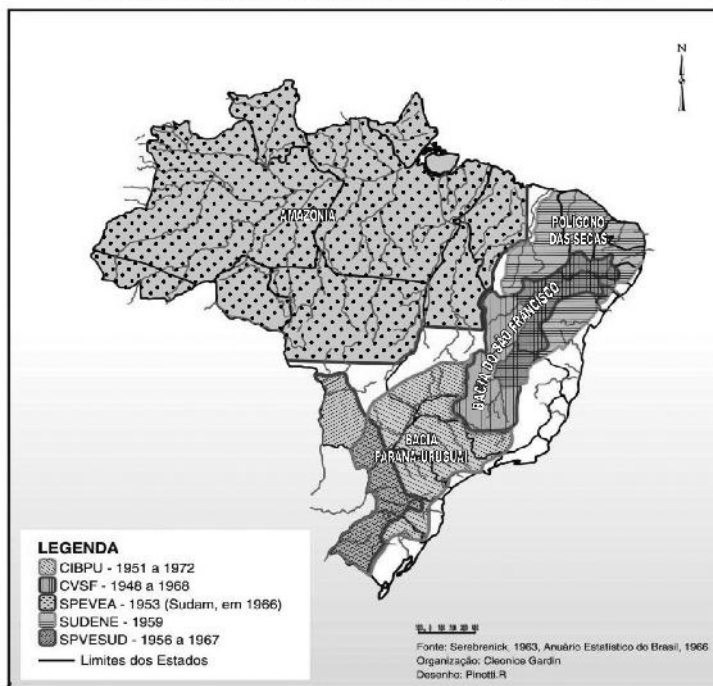


Figura 1: Planejamentos Regionais no Brasil. Fonte: Gardin (2009, p. 37).

Até 1961, a Divisão de Estudos e Planejamento realizava estudos e levantamentos visando a uma programação para desenvolver economicamente determinada região, considerando suas condições conjunturais e suas vocações e estava sob a direção do engenheiro da Poli/USP Paulo Mendes da Rocha. Após, 1961:

[...] os trabalhos referentes aos aspectos sócio-econômicos na região da Bacia Paraná- Uruguai passaram a ser estudados pela nova equipe que se compunha essencialmente por economistas, sob a orientação e a direção de Antonio Delfim Neto. Os aspectos técnicos, referentes a obras de engenharia, permaneceram com a antiga Divisão de Estudos e Planejamento, embora sob a nova denominação de Departamento de Estudos e Projetos, mantendo-se

composta por especialistas diversos da área da engenharia. A equipe do recém-criado Departamento de Planejamento Econômico e Social foi composta por economistas e auxiliares, sendo estes estudantes da própria área da economia (GARDIN, 2009, p. 31).

Este trabalho não pretende analisar e discutir a atuação da CIBPU, o seu papel como organismo de planejamento regional e sua importância para as políticas públicas de desenvolvimento econômico. Interessa-nos situar como surgiu e como, dentro dos estudos realizados para determinar as regiões que deveriam ser pólos de desenvolvimento, surgiu a região de Presidente Prudente e, mais especificamente, a cidade como sede para realização do projeto piloto para a instalação de Distrito Industrial.

Sobre a CIBPU, propriamente dita, Gardin (2009) faz uma análise crítica do seu papel, inclusive dentro de uma perspectiva mais abrangente que compara a atuação da CIBPU com outros órgãos, discutindo os interesses políticos por trás das decisões de planejamento. Uma das discussões que permeia a CIBPU é justamente qual ou quais os critérios para delimitação física da área da Bacia Paraná-Uruguaí e qual o conceito de “região de planejamento”. Este foi alterando ao longo do tempo, dependendo da equipe técnica e dos estudos que vinham sendo realizados. A princípio, os estudos compreendem a área total dos sete estados que compreendem a Bacia Paraná-Uruguaí. A seguir apresentamos as figuras 02 e 03, a primeira como área da Bacia e a segunda com as áreas dos respectivos estados.

O primeiro presidente da CIBPU, Prof. Lucas Nogueira Garcez, já havia iniciado um trabalho com a Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais – SAGMACS, quando foi Governador do Estado de São Paulo, visando ao estudo do nível de vida da população e as possibilidades do Estado. A Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais – SAGMACS, foi criada em 1947, com sede em São Paulo, vinculada ao Movimento Economia e Humanismo, fundado pelo padre francês Louis-Joseph Lebret. (CESTARO, 2009).

O diferencial do programa de trabalho estava no fato de não tratar separadamente problemas econômicos de problemas sociais. Nesse sentido, o estudo realizado pelo grupo paulista de Economia e Humanismo deveria constituir-se como um modelo para ser realizado nos demais estados. O trabalho foi publicado em 1954, intitulado “Problemas de

Desenvolvimento – Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo”
– SAGMACS - CIBPU Neste período o trabalho apontava os Estados pertencentes à Bacia Paraná – Uruguai com uma concentração de 65% das atividades indústrias, agro-pecuárias e comerciais do Brasil.



Figura 2: Brasil – Região da Bacia Paraná-Uruguai. Fonte: (GARDIN 2009, p. 40).

O Centro Internacional de estudos “Economie et Humanisme”, que estava vinculado ao Pe Lebrét tinha como preocupação o estudo dos fatos sociais. Através das suas análises seria possível conhecer os níveis de vida e as necessidades das populações, para, numa outra etapa, estudar as possibilidades locais de responder a estas necessidades (LAMPARELLI, 1994).



Figura 3: Brasil – Região de Planejamento da CIBPU. Fonte: (GARDIN, 2009, p. 43).

A interpretação dos dados colhidos durante a pesquisa é feita não isoladamente, mas na perspectiva da estrutura geral da economia do país e de sua conjuntura econômica e social. Daí a necessidade de empreender, a partir dos dados estatísticos e dos estudos já existentes e simultaneamente à realização da pesquisa, e análise global da situação econômica do país cuja população se estuda (SAGMACS – CIPBU, 1954, p. 23).

Os conceitos em que se baseiam as pesquisas são de **valorização, desenvolvimento, organização e aproveitamento**. A valorização vai tratar dos recursos existentes, quer seja do solo ou fontes de energias, considerando os processos técnicos, a mão-de-obra e os investimentos no campo das realizações materiais. O desenvolvimento considera tanto os recursos como as pessoas, e a prioridade é assegurar o bem estar biológico e o progresso cultural e moral, ou seja, a melhoria de vida das populações. A 'organização e o aproveitamento' é considerada uma disciplina de aplicação dos meios para poder alcançar os objetivos propostos; esta qualificação é chamada de "Regional Planning" ou de "planificação do espaço" em alguns países. No Brasil, o termo utilizado foi o de **planejamento ou planificação**, onde são apontadas as medidas necessárias, de forma coordenada visando, ou melhor, levando em conta o grau de desenvolvimento da população.

Nesse sentido, o planejamento não deve ser totalitário. O texto difere ainda esta disciplina do 'aproveitamento' do território da disciplina do 'urbanista', onde a preocupação é de organizar um aglomerado ou uma cidade dando importâncias aos aspectos residenciais, de circulação, de localização considerando o aspecto agradável e artístico dos conjuntos.

O estudo feito para o Estado de São Paulo sobre os níveis de vida, de modo completo, não havia sido realizado ainda no Brasil. O trabalho da SAGMACS aponta apenas o trabalho da Comissão Federal do Bem-Estar Social, de 1952, que ainda não havia sido publicado.

A estrutura do trabalho parte do macro, identificando três imensas regiões da América do Sul (Região montanhosa da Cordilheira dos Andes, a bacia Amazônica e a bacia do Paraná, esta última com as bacias do Paraguai e do Uruguai). Na Bacia do Paraná-Uruguai, dois quintos, aproximadamente, pertencem à parte brasileira, sendo as seguintes porcentagens de cada estado: São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná com 100%; Minas Gerais – 27,41; Mato Grosso – 42,33% e Goiás – 22,79%. Estas são as áreas que interessam para a comissão interestadual, e que representam 50,4% da superfície total dos sete Estados membros da Comissão. Posteriormente, discute-se a importância e o lugar da Bacia Paraná-Uruguai na economia brasileira, destacando-se os seguintes números:

- A Bacia possui 38,6% da superfície brasileira, no qual vivia, em 1950, 50,8% da população do país. No meio dessa população contavam-se 52,1% da população ativa do país;

- Trabalhando uma área cultivada de 69,7% da superfície cultivada do Brasil;
- Possui 66,3% do capital aplicados na indústria em todo o Brasil.

Outros aspectos referentes à importância da Bacia são apontados como o consumo de energia, capacidade elétrica, número de casas bancárias, a distribuição das receitas da União, do Estado e dos Municípios, importação e exportação de mercadorias. Num momento posterior esses dados são aprofundados em relação a cada um dos sete estados que compõem a Comissão. Nesta etapa destaca-se a participação do Estado de São Paulo em relação aos demais.

Sobre o aspecto População, além dos dados de crescimento, há informações sobre os processos migratórios, Os únicos estados onde o saldo é desfavorável são Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e os Estados onde há um maior número de migrações, São Paulo e Paraná. A concentração da população brasileira foi acarretada pelo crescimento da população, bem como pelo processo de industrialização. O estudo encaminha-se para justificar a importância do Estado de São Paulo em relação aos Estados que fazem parte da Comissão e em relação à economia brasileira. O Estado possui uma superfície equivalente a 7,51% da superfície total da Bacia Paraná-Uruguaí, concentrando em 1950 34,56% da população total da Bacia.

Após o diagnóstico macro, é apresentado pelo grupo da SAGMACS a metodologia de pesquisa utilizada para o levantamento dos níveis de vida e as necessidades da população. Em um primeiro momento analisam a população rural do Estado de São Paulo, posicionando este estudo como primordial para o entendimento do território como um todo.

Há de se considerar dois pontos importantes, o primeiro é que neste momento do estudo a população rural era maior que a urbana e um segundo ponto refere-se à constituição das primeiras indústrias existentes, que foram de beneficiamento de matéria-prima agrícola, cana-de-açúcar, café e algodão.

Na discussão da proposta de divisão do Estado de São Paulo em regiões e zonas homogêneas, Presidente Prudente sempre aparece como uma das onze regiões, o que varia são as zonas homogêneas de dentro da Região, iniciando com quatro zonas e após aproximações realizadas chegaram a três zonas homogêneas na Região de Presidente Prudente:

- a. Assis, Cândido Mota, Echaporã, Lutécia, Maracaí, Oscar Bressane, Paraguaçu Paulista e Quatá;
- b. Alfredo Marcondes, Álvaro Machado, Iepê, Indiana, Martinópolis, Piquerobí, Pirapozinho, Presidente Bernardes, **Presidente Prudente**, Rancharia, Regente Feijó e Santo Anastácio;
- c. Presidente Epitácio e Presidente Venceslau.

Foram estudadas as diversas regiões, desde os aspectos físicos, como solo e culturas, aos aspectos sociais, como níveis sanitário, econômico, técnico, doméstico, residencial, escolar, bem como a vida municipal. Esses aspectos permitem entender as condições de vida dos trabalhadores rurais e o processo de êxodo rural que fez, na década de sessenta, com que a população urbana passasse a população rural.

Destaca-se, ainda, a análise das habitações urbanas da Capital. Mesmo sendo uma sondagem preliminar, chegou-se à conclusão de que há situações extremas entre as unidades de luxo e de miséria, que a cidade possui diferentes situações de densidade e as situações não são homogêneas e que a população operária encontrava-se mal servida em termos de habitação.

Após análise das condições de habitação estudou-se o grau de urbanização da Capital e de algumas cidades, cujos principais pontos apontados, em 1954, para as aglomerações pequenas e médias, diziam respeito à falta de planejamento ocasionando a inexistência de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto para a totalidade dos espaços das cidades; situações precárias das ruas, calçamento e passeios, como também de iluminação pública e ausência de equipamentos urbanos.

Das recomendações sugeridas chama a atenção o estabelecimento de planos de urbanização (cidades e distritos), aumento de recursos fiscais, programa de obras e de desapropriações, estímulo oficiais para criação de determinadas zonas, revisão do plano de 10 em 10 anos e, “evitar a orientação ainda vigente de se projetarem ‘vilas operárias’ em detrimento de uma composição mais harmônica e mais humana dos bairros periféricos” (SAGMACS – CIBPU, 1954, p. 242).

Este último item sobre a tipologia da habitação dos trabalhadores mostra uma tendência de integração e não de segregação das habitações de interesse social. Embora esse termo não fosse utilizado no período, percebe-se que quando se descreve a necessidade de financiar casas, o público alvo neste período são os trabalhadores das indústrias.

Do interior, a cidade estudada foi Ourinhos, que apresentou uma situação acima da média das aglomerações pequenas e médias, porém, observou-se que a cidade foi dividida em duas áreas, o bairro residencial e os bairros populares, cada um ocupando 50% do território da cidade.

O trabalho realizado pela SAGMACS em 1954 sobre os Problemas de Desenvolvimento no Estado de São Paulo foi extenso. Após o levantamento dos dados preliminares, dos níveis de vida da população, levantou e analisou a conjuntura econômica, as possibilidades e os pontos de estrangulamento, depois definiu os objetivos econômicos, sociais e administrativos necessários para o desenvolvimento do Estado.

Destaca-se, sobre a conjuntura econômica, o fato de as indústrias de transformação do Estado de São Paulo empregarem em julho de 1950, 526.086 pessoas, ou seja, 41,02% do total do Brasil. Aponta-se para a necessidade de industrializar o Estado para fora da aglomeração urbana da Capital, porém, incentivar os centros industriais já existentes no interior e não implantar indústrias no meio rural.

Sobre a mão de obra, observou-se que o aumento demográfico e o crescimento rápido da indústria paulista fazem com que surja a necessidade de aumentar o número de escolas de aprendizagem e escolas técnicas industriais e agrícolas, pois o número de trabalhadores qualificados é insuficiente, o que justifica inclusive a contratação de operários qualificados no exterior.

Quando analisamos os Objetivos Econômicos, Sociais e Administrativos dos vários itens apresentados, destacam-se os pontos:

- Desenvolver e descentralizar as indústrias – objetivo econômico
- O problema urbanístico – objetivo social
- A reforma municipal e A descentralização regional – objetivos administrativos

A indústria paulista, necessitava de novas fontes de energia hidráulica, pois a cidade de São Paulo havia esgotado sua principal fonte de energia, buscando novas orientações para a implantação. A primeira fase de implantação das indústrias ocorreu de modo concentrado, buscando o local mais econômico tanto para abastecimento de matérias primas e da exportação como para aproveitamento da energia elétrica e o melhor rendimento do trabalho. A localização das indústrias devia considerar os estudos realizados e apresentados em mapas pela Secretaria da Viação e

Obras Públicas. Para tanto dividiu-se o Estado por regiões de aproveitamento territorial, ou melhor, por grupos de regiões.

O problema urbanístico tratado refere-se à urbanização das aglomerações pequenas e médias. Num primeiro momento é descrito como são essas aglomerações: falta de equipamentos urbanos, um centro com residências denominadas ricas contrapondo-se aos bairros populares, onde não há calçamento, iluminação pública e coleta de esgoto. O padrão de urbanização, independente do relevo, possui um “traçado das ruas uniformemente quadrático”, com travessia sobre a estrada de ferro. Quando existe a praça, esta também possui a forma quadrada, os monumentos públicos e as igrejas não possuem estilo, não há obras de arte, ou seja, “nada de humanista”. Quando há indústrias, a lógica de distribuição ocorre em função da estrada de ferro, sem nenhum planejamento, não há vida coletiva à noite, ou seja, há um enorme campo para os urbanistas, os quais deveriam criar um urbanismo humanista. (SAGMACS – CIBPU, 1954)

Uma série de recomendações foram dadas para criação desse urbanismo humanista, entre elas há necessidade de delimitação de um perímetro rigoroso considerando o crescimento da aglomeração e os recursos municipais para garantir o fornecimento dos serviços públicos, além deste perímetro deve ser delimitado um perímetro urbano maior, no qual estariam as grandes vias de tráfego.

O zoneamento aparece como instrumento para disciplinar o planejamento proposto, assim, são definidas zonas: comerciais e de serviços, residenciais de diversos tipos, industriais, ferroviárias, agrícolas e de recreação. Há necessidade de reservar áreas para os edifícios públicos e estabelecer normas de edificações quanto ao uso, gabaritos, largura de ruas, etc.

As normas relativas às “zonas habitacionais de diversos tipos” nos chama a atenção por propor que se evitasse “[...] as separações demasiado rígidas que dariam lugar a bairros nitidamente diferenciados por camada social, do que resultaria sempre a formação de um sub-proletariado e a segregação de classes” (SAGMACS – CIBPU, 1954, p. 398).

Adota-se como postura de não propor o que chamaríamos atualmente de zonas de especial interesse de habitação. Nesse período, quando se verifica o alto grau de urbanização, uma das preocupações constantes, inclusive justificando os estudos realizados, refere-se à proposição de um crescimento ordenado, este seria o papel do planejamento.

A reforma municipal e a descentralização regional são objetivos administrativos que merecem destaque. No primeiro destaca-se como recomendação a adoção da técnica de planejamento como necessária para modernizar e aperfeiçoar a administração, melhorando a utilização dos recursos humanos, naturais e institucionais. A descentralização, por sua vez, busca dar uma autonomia maior aos municípios, desde a necessidade de permanecer mais recursos financeiros até o fato de exigir leis municipais para execução de planos diretores e de urbanismo, bem como a divisão de distritos com respectivos subprefeitos para administrá-los.

O problema urbanístico aparece em alguns momentos como utópicos, como se o planejamento regional e, posteriormente, de cada cidade, realmente fosse garantir o desenvolvimento homogêneo da região e do Estado como um todo. Mas, por outro lado, nas medidas urgentes que deveriam ser tomadas pelo Estado de São Paulo aparece à luta contra a especulação das terras e a valorização segundo a vocação das terras precedida, inclusive, de desapropriações por preços compatíveis. Ou seja, a dimensão do problema está dada.

Outras medidas sugeridas: a obrigação de um plano de urbanismo, a produção rápida de energia elétrica, a criação de indústrias e o aumento da capacidade portuária. Dentro das medidas aparece uma que se destaca neste trabalho e que se baseia, inclusive, na justificativa de todo este trabalho sobre a descentralização do Estado de São Paulo, a diretriz sobre:

“[...] a interrupção do crescimento da Capital e a execução de um plano de implantação e descentralização de indústrias novas, estabelecido em função dos recursos naturais, locais e regionais, das disponibilidades de energia e dos meios de comunicação. Favorecer de início as indústrias de base”
(SAGMACS – CIBPU, 1954, p. 445).

A primeira fase de desenvolvimento do interior do Estado de São Paulo ocorreu em função da expansão das linhas férreas, a qual os primeiros núcleos urbanos se consolidavam, de preferência sobre os espigões principais. Essas linhas buscavam chegar até às plantações de café, depois algodão e às fazendas de pecuária.

No relatório produzido pelo CEPEU (1968) sobre o projeto do Distrito Industrial há um capítulo dedicado ao surgimento dos Distritos Industriais no

interior do Estado de São Paulo que aponta alguns aspectos relevantes sobre o processo de industrialização. Uma das justificativas consideradas relevantes foi no sentido de corrigir “distorções” de um desenvolvimento desordenado, o qual traria conseqüências graves para o futuro.

Os pontos abordados, de modo sucinto, foram:

1. Demografia e Urbanização: discute-se o aumento da população paulistana em função do êxodo rural, migração campo-cidade e, conseqüentemente, o aumento da urbanização, procurando justificar a necessidade de implantação de distritos industriais para incentivar a formação de novas indústrias e, portanto, aumentar as oportunidades de trabalho.

2. Modificações no Setor Agrícola: explica o porquê da liberação da mão-de-obra do campo, destacando a mecanização do campo, técnicas mais avançadas de cultivo, sementes selecionadas, facilidade de aquisição de equipamentos; comenta o crescimento demográfico e os novos hábitos de consumo.

3. O fenômeno Paulistano: justifica a implantação de indústrias em centros onde já existam condições mínimas de serviços e infra-estrutura, e que uma vez instaladas, acabam agregando condições técnicas para a instalação de novas indústrias, caso ocorrido na cidade de São Paulo e cidades vizinhas e que estaria alcançando pontos críticos necessitando de intervenção governamental. Destaca essa área com mais de 70% do operariado paulista e o fato do quadrilátero formado pelas cidades de Sorocaba, Santos, São José dos Campos e Campinas possuir mais de 85%. “Entretanto, a intensa urbanização do interior, sem a criação de novas oportunidades de trabalho começa a provocar uma situação de desequilíbrio, agravando as diferenças de níveis de renda entre estas regiões” (CIBPU-CEPEU FAUUSP-PMPP, 1968, p. 93)¹. Chama a atenção nesta última frase o fato do aumento do grau de urbanização nas cidades do interior sem, necessariamente, estar vinculado a um processo de industrialização, o qual, como vemos, faz parte de uma conjuntura macro. A descentralização industrial da Grande São Paulo vem ao encontro de uma política para estimular a industrialização crescente no Estado, diminuindo as diferenças de níveis de renda, formando também um mercado consumidor.

¹ Projeto de um Distrito Industrial.

O Processo de Industrialização: tinha como base inicial a substituição das importações, depois outros critérios passaram a nortear a instalação de indústrias como critérios de racionalização, escolha de tecnologia e localização da unidade produtora. As primeiras indústrias tinham como condições o fato de serem verdadeiras reservas de mercado, lucros elevados e possibilidade de aceleração da industrialização, uma vez que elas acabavam provocando o surgimento de determinados serviços, os quais, por sua vez, possibilitavam a ampliação de áreas cultiváveis com técnicas modernas, liberando a mão-de-obra do campo.

Navegação Fluvial: considerar o transporte marítimo como essencial para o desenvolvimento da indústria, de um modo geral, pois este permite o transporte barato de grandes volumes a grandes distâncias e custos baixos.

Energia: o oeste paulista, no período estudado, ocuparia uma posição privilegiada em função das construções das barragens e usinas hidro-elétricas: Jupiá, Ilha Solteira, Marimondo, Estreito, Bariri, Chavantes, etc., devido aos rios que delimitam o Oeste Paulista – Paraná, Paranapanema e Grande, considera-se também o Tiête.

Em função dos estudos realizados observa-se que o intenso ritmo de urbanização que já ocorria na capital e nas cidades vizinhas começava a atingir as cidades do interior, e neste processo surge a necessidade de industrializá-lo. A urbanização ocorria devido aos fatores sociais e econômicos do período, que por sua vez refletiam de modos diversos na organização física e espacial das cidades.

Para que o programa de industrialização do interior se concretizasse havia a necessidade de ações deliberadas dentro de uma escala que considerasse o Estado como um todo. Ambos os processos, de urbanização e industrialização, passam pela disciplina de planejamento, que nesta etapa tem como diretrizes a organização do Estado por Regiões, a necessidade de hierarquizar as cidades considerando suas vocações, verificando os serviços públicos existentes e os equipamentos sociais, bem como analisar as condições das redes de transportes e comunicações.

2. Pólo regional: o projeto do distrito industrial de 1968 – CEPEU – CIBPU

O Projeto do Distrito Industrial – Presidente Prudente, 1966-1968 elaborado pelo CEPEU-FAUUSP, em conjunto com a CIBPU teve também a participação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, através de um Convênio entre as respectivas instituições. Nesse sentido é paradigmático que o estudo para implantação de Distrito Industrial, modelo de desenvolvimento econômico e urbano, tenha precedido a proposta de elaboração do Plano Diretor, também elaborado pelo CEPEU nos anos de 1968/1969.

O Projeto foi coordenado por Ernesto Groth, da CIBPU, e pelo CEPEU e tinha como responsável o arquiteto Breno Cyrino Nogueira. Os demais arquitetos que trabalharam neste projeto foram Farid Helou, Arnaldo Antônio Martino, Tetsuo Uema e Wilson Edson Jorge. O diretor do CEPEU nesse período era o Prof. Lauro Bastos Bircholz.

A escolha da cidade de Presidente Prudente como sede da primeira experiência para um programa regional de industrialização, dentro do Oeste Paulista, ocorreu por vários fatores, como: crescimento populacional, êxodo rural, existência de matérias-primas, pecuária em expansão, a posição geográfica do município com diversos acessos de comunicações, estradas de ferro e de rodagem, além das possibilidades do transporte fluvial, que no período estudado aparecia como uma grande possibilidade e o potencial energético que se consolidava, justamente em função dos rios que configuram a região. O crescimento populacional abria as perspectivas de elevar a renda *per capita* e aumentar o mercado consumidor.

Destacavam os centros que já haviam atingido um grau de urbanização com atividades próprias em relação aos demais do Oeste Paulista, a saber: Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Por esse motivo, incentivos para a implantação de novas indústrias abriam possibilidades para o desenvolvimento dessas cidades. Havia a disponibilidade de capitais, mão de obra e matérias-primas além do crescente mercado consumidor.

Dentre as cidades mencionadas, Presidente Prudente foi selecionada devido ao critério de **evolução dinâmica**, pois possuía uma taxa de crescimento de 7,3% ao ano, prevendo para o ano de 1970 110 mil habitantes. Essa taxa se manteve, a população chegou, efetivamente a

104.438 mil habitantes em 1970 e 135.198 mil em 1980. Além da posição geográfica que ocupa dentro do próprio Estado, considerou-se a sua influência sobre o Norte do Paraná e Sul de Mato Grosso, áreas que apresentavam também um rápido crescimento.

Para efetivar essa proposta a CIBPU, através do Plano de Industrialização Regional, que havia sido feito em 1963 com base nas técnicas de polarização das atividades econômicas, principalmente técnicas de implantação de Distritos Industriais, realizou um estudo piloto para a implantação de um distrito industrial na cidade de Presidente Prudente.

A metodologia utilizada buscou não somente desenvolver o projeto do Distrito Industrial, mas também apresentar e discutir os aspectos relacionados à sua implantação, levantando as experiências internacionais e nacionais, situando o surgimento de distritos no interior do Estado de São Paulo, pesquisando e analisando a região do Oeste Paulista, bem como o Município e a Cidade de Presidente Prudente. Após apresentar o Projeto do Distrito Industrial propriamente dito, tem-se como último item uma pesquisa sobre Pré-fabricação, processo construtivo utilizado no Setor da Construção Civil para racionalizar a construção, otimizando custos e economizando tempo.

No estudo sobre o Município e a Cidade de Presidente Prudente, foram levantados aspectos referentes à influência regional, considerando os sistemas de transportes, principalmente os rodo-ferroviários e as possibilidades da navegação fluvial. O Município suplantou Assis, antiga capital regional da Alta Sorocabana. As funções urbanas existentes, levantadas pelo referido trabalho, também têm importância regional, foram analisadas as atividades comerciais, industriais e de ensino.

As principais atividades comerciais referiam-se ao atendimento da população local, como também do mercado regional. O mercado local era abastecido por produtos alimentícios produzidos pela própria agricultura local e todas as espécies de bens de consumo produzidos pelas indústrias.

Esse comércio estava localizado na área central, que também possuía atividades ligadas à prestação de serviços. Para o mercado regional, Presidente Prudente funcionava como um centro que englobava, principalmente, produtos industriais fabricados em outras regiões do Estado, como também na própria cidade. A cidade servia também como entreposto para a distribuição de produtos agrícolas e da pecuária.

Com relação às atividades industriais, o trabalho em questão levantou que na década de 60, o setor mais importante em Prudente era o têxtil, representando 22,8%, através das seguintes industriais Anderson Clayton, Matarazzo, SANBRA, Esteves & Irmãos e Saad do Brasil; seguido do setor de produtos alimentares com 20,8% a maior parte dos frigoríficos Luiziani, Prudente e Bordon; depois temos o de bebidas com 12,6%; químicas e farmacêuticas com 10,8%; as de madeira com 8,7%; couros, peles e produtos similares com 7,4%. Estes ramos representavam 83,1% do total da transformação industrial.

Nas atividades de ensino a cidade possuía diversos estabelecimentos de ensino que atendiam também as populações das cidades vizinhas. No ensino superior destacavam-se as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (posteriormente Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), a Faculdade de Direito de Presidente Prudente e a de Ciências Econômicas.

Discute-se, portanto, a relevância do Planejamento Urbano e Industrial, destacando a necessidade das cidades se reestruturarem, do ponto de vista urbano, para abrigar os novos processos de urbanização e industrialização, considerando a maior participação do Estado na vida social e econômica.

O crescimento das cidades brasileiras em um primeiro momento foi considerado como uma urbanização espontânea dos núcleos urbanos; na década de 60, esse tipo de urbanização é classificado como um entrave ao progresso. Nesse momento, o progresso estava diretamente relacionado à instalação de indústrias, lembrando que o país passava por transformações significativas do seu parque industrial, passando de um período denominado de industrialização restringida para o desenvolvimento da industrialização pesada.

A relação entre urbanização e industrialização é um dos temas centrais da proposta de trabalho do Projeto do Distrito Industrial, onde se verifica a necessidade de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento e conseqüente expansão racional das cidades. Um dos termos utilizados diz respeito à participação “orgânica” da atividade industrial dentro do complexo urbano. Este, por sua vez, deve ser estruturado a partir de funções urbanas, estabelecendo as relações de conjunto da cidade e esse processo deve ser resultante do Plano Diretor.

Lembremos que para a cidade de Presidente Prudente o processo foi inverso, primeiro desenvolveu-se a proposta do Projeto do Distrito Industrial e depois o Plano do Diretor.

Como primeira experiência de proposta do CIBPU para um projeto piloto e, considerando que não havia Plano Diretor, nota-se um trabalho de diagnóstico aprofundado no sentido de embasar as propostas desenvolvidas, não somente de localização e instalação do Distrito Industrial, mas de diretrizes para a expansão da malha urbana.

A proposta metodológica previa reorganização das áreas urbanizadas e as diretrizes de crescimento para a expansão urbana. Discute-se essa organização através dos aspectos macros de funções urbanas e suas inter-relações com áreas para: habitação, comércio, serviços, indústrias, espaços abertos. Os sistemas de circulação deveriam ser pensados em função da hierarquia das vias. “Assim, uma determinada área pode apresentar isoladamente condições muito boas para a implantação das atividades industriais, mas não consistir a melhor solução do ponto de vista da organização urbana geral.” (CIBPU-CEPEU; FAUUSP-PMPP, 1968, p. 109-110).

No método de trabalho proposto há a ressalva sobre a necessidade de realizar os levantamentos e estudos básicos considerando a inexistência de um Plano Diretor. Os levantamentos realizados foram: sistema topográfico, serviços públicos básicos (redes de água, esgoto, eletricidade), pavimentação e vias regionais, usos e densidades do solo urbano.

O levantamento do solo urbano foi dividido em usos comercial, habitacional e industrial e as densidades de ocupação do solo. Outra característica refere-se à proposta de implantação dos distritos industriais. Para Prudente o grupo de estudo incorpora a diretriz de ter mais distritos descentralizados do que um único distrito.

Devemos lembrar que a proposta das novas cidades inglesas para descongestionar Londres se estruturavam no raio de 40 a 50 km da cidade, uma escala que não se compara se pensarmos nas propostas do CIBPU de descentralização industrial através das cidades polarizadoras, pois a distância de Presidente Prudente para a cidade de São Paulo é de aproximadamente 560 km.

As diretrizes de organização urbana foram trabalhadas a partir de dois grandes grupos de questões do planejamento, considerados os dois problemas principais da área no trabalho desenvolvido: o zoneamento e o

sistema viário principal. Para elaborar as propostas de planejamento considerando essas questões, dois aspectos foram observados: as densidades demográficas e os usos do solo urbano. Com o estudo das densidades demográficas pretendia-se distribuir a população de forma equilibrada pelo território e com a proposta dos usos do solo urbano, propor um funcionamento racional da cidade.

Para o estudo das densidades consideraram-se dois tipos de crescimento urbano, em extensão e pelo aumento da densidade populacional, num período de quinze anos, ou seja, para 1980. Como proposta adotaram-se as seguintes densidades: 200 hab./ha para a área central, 120 hab./ha para as áreas adjacentes à central e 70 hab./ha para as áreas periféricas.

Para as áreas industriais foi proposto um dimensionamento prévio de crescimento do número de operários para a cidade de Presidente Prudente, considerando as atividades industriais, seus equipamentos e as áreas que ocupam.

Segundo estudos e levantamentos do CEPEU, esses índices variam de 80 a 100 operários/ha. Estimou-se para o ano de 1980 uma população operária de 17.000 trabalhadores, 8% do total da população de Prudente e 12.000 a mais do que existia em 1968. As indústrias deveriam se localizar em áreas próprias e deveriam ser deixadas áreas para o transporte ferroviário, áreas verdes e áreas estimadas para futura expansão industrial.

Após essas considerações, chegou-se a uma proposta de 300 ha para uso industrial, dividido em dois: 220 ha para a área do Distrito Industrial Diversificado e 80 ha para a área do Distrito Industrial Especificado.

Sobre os usos do solo, discutiu-se o papel da localização da cidade e sua formação a partir da política ferroviária da época e a implantação da linha férrea sobre o espigão, bem como da estação ferroviária determinando o centro do núcleo inicial.

Para a escolha das áreas de expansão da cidade e implantação dos distritos industriais foram selecionadas 15 áreas com mais 100ha a partir dos seguintes critérios: direção dos ventos, declividade, distância, possibilidade de utilização de ferrovia, fácil conexão com o sistema rodoviário regional, possibilidade de expansão, redes de serviços de utilidade pública, custo, sobreposição e instalações existentes.

Destas áreas foram selecionadas duas áreas para implantação dos distritos industriais, numa delas teríamos o distrito especializado para as indústrias de transformação de carne e na outra o Distrito Diversificado.

Em relação aos distritos industriais propriamente ditos, temos, resumidamente, os fatores favoráveis à sua existência e aqueles considerados como retardadores ao processo de industrialização na região. Como favoráveis, a equipe do CEPEU destacou a existência de um mercado regional; a existência de matérias-primas agropecuárias suscetíveis de industrialização, o sistema de transportes rodo-ferro-hidroviário que poderia estar interligado; a proximidade com as fontes de energia elétrica e a própria política da CIBPU de dinamizar os pólos de desenvolvimento nos sete Estados que compunham a referida Comissão.

Como principais fatores que poderiam atrasar o desenvolvimento industrial e que deveriam ser trabalhados têm-se a inexistência de uma atividade industrial desenvolvida; ausência de mão-de-obra especializada para a indústria; reduzido número de empreendedores industriais com efetiva experiência no ramo industrial e distância das fontes de abastecimento de água.

Outras possibilidades em escala regional foram consideradas, como o desenvolvimento dos transportes, tanto na realização de uma rede fluvial, como na melhoria do sistema ferroviário e realização de obras rodoviárias interligando o município de Presidente Prudente à região; aproveitamento e melhoria dos recursos hidrelétricos e as próprias políticas do governo estadual para buscar uma descentralização das indústrias.

Os distritos foram propostos considerando, principalmente, os estudos da cidade de Hook, na Inglaterra, na qual se previam vários distritos, como também a distribuição deles no tecido urbano. Pelas características até aqui apresentadas e estudadas tivemos dois distritos, o Especializado e o Diversificado. O primeiro relacionado à instalação dos frigoríficos e das indústrias derivadas da carne, o qual se manteve em áreas onde já se verificava este tipo de produção. O segundo deveria permitir vários tipos de indústrias, como vocação aquelas de processamento de matérias-primas da região como milho, amendoim e algodão e, posteriormente, indústrias mais especializadas de produção de bens de consumo e até de bens de produção.

Os dois distritos foram projetados a partir de funções pré-estabelecidas, as quais abrangiam além das funções industriais, as comerciais e de serviços; uma setorização que levou em consideração as

condições do terreno e distribui os setores das industriais centrais e ferroviários. A distribuição das indústrias grandes, médias e pequenas foi projetada através de um parcelamento em módulos ao invés de terrenos. Para os sistemas viários tivemos: vias de distribuição e coleta, acesso às vias regionais, vias de acesso e de pedestres, ferrovia e estacionamento.

Para o Distrito Industrial Especializado foi projetada uma extensa área verde de 100m para delimitar e separar a área das indústrias das áreas de expansão habitacionais, bem como buscar uma integração visual do complexo industrial com a cidade através da arborização do fundo de vale.

Para implantação dos distritos foram ainda estabelecidas responsabilidades e orientações, tanto na escala estadual como municipal, prevendo-se órgãos administrativos, desapropriação de áreas, diretrizes urbanísticas, políticas de propriedade dos terrenos, normas e programação das respectivas obras.

3. Considerações Finais

O desenvolvimento econômico da cidade proposto no final da década de sessenta através da CIBPU, com a escolha de Presidente Prudente para implantação de Distritos Industriais nos levou a buscar a relação das propostas de industrialização com a urbanização. As transformações na estrutura das cidades, a partir do surgimento das indústrias, direciona o fluxo de pessoas e de mercadorias. A cidade passa a ser pensada a partir de suas funções, ou seja, áreas para as indústrias, para o lazer, a moradia, bem como, novos serviços.

O aparecimento das indústrias e sua rápida expansão ocorrem, concomitantemente, com o crescimento das cidades e o aumento populacional. A incapacidade do governo de atender todas as necessidades da população faz com que as questões urbanas passem a ser prioridades. Surgem órgãos de planejamento, nas esferas municipal, estadual e federal; preocupados em realizar ações voltadas para o ordenamento do crescimento urbano.

A industrialização e a urbanização das cidades tiveram características próprias, em função, justamente, dos seus contextos históricos. A Região Oeste começa a ter uma participação econômica dentro do Estado através de indústrias ligadas às atividades agrícolas; inicialmente,

as mesmas responsáveis pela ocupação da região, café e algodão. Posteriormente, houve o desenvolvimento da pecuária, encontrando uma receptividade grande na região de Presidente Prudente.

Depois, com o crescimento populacional e a necessidade de abastecimento dos mercados consumidores, outras culturas surgiram. Esse processo teve uma grande transformação, nas décadas de 60 a 80, com a modernização do setor agropecuário.

Em Presidente Prudente, apesar de todos os esforços para o desenvolvimento industrial, inclusive sendo denominada pela proposta da CIBPU de Capital Regional, não houve políticas públicas municipais para dar suporte as atividades industriais.

Prudente ocupa, atualmente, um importante papel econômico na Região, considerando a rede de cidades, em função das atividades do setor terciário e de serviços.

Infelizmente, a CIBPU como órgão de Planejamento Regional não teve o seu alcance proposto mas, considerando que estávamos no início da década de 50 e não havia precedentes, no Brasil, para as pesquisas que estavam sendo propostas, a sua atuação foi muito mais que satisfatória.

A CIBPU, ao contratar a SAGMACS para desenvolver os trabalhos de pesquisa para embasar as futuras propostas de investimentos e desenvolvimento dos Estados pertencentes à Bacia Paraná-Uruguai, possibilitou a efetivação dos trabalhos que o grupo havia iniciado para o Estado de São Paulo, em 1951.

Embora este trabalho não tenha a pretensão de avaliar a influência da SAGMACS nos processos de planejamento desenvolvidos posteriormente, não podemos deixar de destacar a metodologia de trabalho proposta, onde analisava-se os fatores econômicos, sociais e urbanos, em função da delimitação de uma dada região, para depois propor diretrizes de desenvolvimento.

O Projeto do Distrito Industrial precedeu a realização do Plano Diretor de Presidente Prudente. O fato de Prudente ter sido escolhida como sede para a experiência da própria CIBPU para um programa maior de industrialização, foi justificado por vários fatores. Entre eles, o crescimento populacional, a sua posição geográfica, as possibilidades de integração entre os sistemas de transportes (ferroviário, rodoviário e fluvial) e o potencial energético. Este último teve uma importância significativa considerando a necessidade da instalação de indústrias de base.

No Projeto do Distrito Industrial encontrou-se um vasto conteúdo de pesquisas que pudessem auxiliar no desenvolvimento da proposta para a cidade de Presidente Prudente.

Para o estudo da proposta do Distrito Industrial de Prudente tivemos os Distritos Industriais Especializado e o Diversificado. O Especializado foi proposto em função das características das indústrias processadoras de produtos advindos da pecuária. O Diversificado era para a instalação das demais indústrias, divididas em função das respectivas escalas e possíveis atividades.

O resultado do trabalho do CEPEU chegou até as propostas urbanas dos respectivos distritos mas, antes, realizaram um trabalho de diagnóstico que considerou, principalmente, o zoneamento e o sistema viário principal. Levantaram as densidades demográficas e os usos do solo, com o objetivo de distribuir a população no território a partir das propostas de uso do solo, na qual, as atividades industriais e a moradias dos trabalhadores estavam contempladas.

Verificando as propostas e a atual configuração da malha urbana observou-se que a área especificada para implantação do Distrito Industrial Especializado realmente foi ocupada por frigoríficos e curtumes. Infelizmente, não foram implantadas as áreas verdes e a expansão urbana no sentido do sistema rodoviário fez com que se ocupassem as áreas adjacentes a essas indústrias. Atualmente, as indústrias frigoríficas encontram-se em zona urbana, possuindo atividades incompatíveis com as atividades urbanas e, em uma região valorizada devido aos equipamentos que surgiram no entorno: shopping center, hipermercados, museu, Serviço Social do Comércio - SESC (antigo clube municipal – Thermas de Presidente Prudente), etc.

Após a proposta do projeto dos distritos industriais realizou-se na seqüência a elaboração do Plano Diretor. Houve o aprofundamento dos aspectos levantados anteriormente, justificando a cidade como pólo econômico da região, bem como, novos estudos. Esses foram trabalhados na Região, no Município e na Cidade.

Neste sentido destaca-se a importância de órgãos e entidades de pesquisa sobre planejamento urbano e políticas públicas; desenvolvendo essas atividades em parcerias com os órgãos públicos, responsáveis pela administração das cidades, propriamente dita.

4. Referências Bibliográficas

CESTARO, Lucas Ricardo. Re-conhecendo São Paulo nos anos 1950: a SAGMACS e a Introdução da Pesquisa Urbana in XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 25 a 29 de maio de 2009, Florianópolis - Santa Catarina – Brasil. **Anais eletrônico**, 2009.

CIBPU-CEPEU FAUUSP-PMPP. **Projeto de um Distrito Industrial**, 1968.

CORRÊA, Carlos Astrogildo. **Plano Regional Econômico da Bacia Paraná-Uruguaí**. São Paulo: CIBPU, 1954.

CPEU - FAUUSP. **Plano Diretor de Presidente Prudente – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo**, 5 volumes. São Paulo: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente SP, 1968-1969.

FELDMAN, Sarah. 1950. A década de crença no planejamento regional no Brasil, XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 25 a 29 de maio de 2009, Florianópolis - Santa Catarina – Brasil. **Anais eletrônico**, 2009.

GARDIN, Cleonice. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)**. Editora da UFGD, Dourados, MS, 2009.

LAMPARELLI, Celso M. Louis- Joseph Lebret e a pesquisa urbano-Regional no Brasil, Crônicas tardias ou história prematura. Espaço & Debates, **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, nº 37, 1994.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: “**Urbanismo no Brasil – 1895-1965**”, **LEME, Maria Cristina da Silva. (coordenadora)**. Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, São Paulo, 1999.

PIR – CIBPU. **Plano de Industrialização Regional**, 1964.

SAGMACS – CIBPU. **Problemas de Desenvolvimento – Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo**. Autores: Antonio Bezerra Baltar, Benevenuto de Santa Cruz, Darcy Passos, Eduardo Bastos, Louis Joseph Lebret e Raymond Delprat. I volume, 1954.

São Paulo. Lei n.2018, de 23 dez. 1952. CIBPU, 1968:208-211. CIBPU. X Conferência de Governadores: **anais. Urubupungá: CIBPU**, 1968.